



TÓPICOS ESPECIAIS EM REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA

**INSTITUTO
BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA**

**PROGRAMA DE
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Ementa do Curso

Disciplina de tópico variável, com foco na discussão de desafios contemporâneos das políticas públicas e gestão governamental. O objetivo da disciplina é promover o desenvolvimento de habilidades e competências diferenciadas em administração pública a partir da reflexão de questões transversais à atuação profissional dos discentes. A oferta dessa disciplina será definida de acordo com os principais temas na agenda contemporânea na área da Administração Pública, bem como a partir dos objetos de estudos dos discentes (nos Trabalhos de Conclusão de Curso).

Carga Horária: 30h

Créditos: 02

Categoria: Optativa

Módulo I

Leituras Obrigatórias

HOVENKAMP, H. Federal antitrust policy: the law of competition and its practice. 3 ed. Eagan: Thomson West, 2005.

OCDE; IDB. Lei e Política de Concorrência no Brasil: uma revisão pelos pares. OECD, 2010.

SAITO, C. Gun Jumping e troca de informações sensíveis entre concorrentes com o controle prévio de estruturas do SBDC. Revista de Defesa da Concorrência, Brasília, v. 1, n. 2, p. 92-118, 2013.

Leituras Complementares

AGUILLAR, F. H.; COUTINHO, D. R. A evolução da legislação antitruste no Brasil. Revista de Concorrência e Regulação, Coimbra, v. 2, n. 7/8, p. 139-160, 2012.

Leituras Obrigatórias

CARVALHO, E. L. F. A Política Antitruste no Brasil e o Combate a Cartéis à Luz do Novo CADE. Revista Thesis Juris, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 473-500, 2013.

CUIABANO, S. M. et al. Filtrando cartéis: a contribuição da literatura econômica na identificação de comportamentos colusivos. Revista de Defesa da Concorrência, Brasília, v. 2, n. 2, p. 43-63, 2014.

SILVA, C. V. S.; RALHA, C. G. Detecção de cartéis em licitações públicas com agentes de mineração de dados. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação, Curitiba, v. 10, n. 1, 2011.

Leituras Complementares

MARTINEZ, A. P. Repressão a cartéis: interfaces entre Direito Administrativo e Penal. São Paulo: Singular, 2013.

THÉPOT, F. Antitrust v. Anti-Corruption Policy Approaches to Compliance: why such a gap? In: THÉPOT, F. CPI Antitrust Chronicle, 2, 2015.

Leituras Obrigatórias

ALEMANI E. et al. New Indicators of Competition Law and Policy in 2013 for OECD and Non-OECD Countries. In: JENNY, F.; KATSOULACOS, Y. (Eds.). Competition Law Enforcement in the BRICS and in Developing Countries. Legal and Economics Aspects. Springer, Cham, 2016, p. 59-102.

MARRARA, T. Acordos de leniência no processo administrativo brasileiro: modalidades, regime jurídico e problemas emergentes. Revista Digital de Direito Administrativo, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 509-527, 2015.

Leituras Complementares

OLIVEIRA, A. G. V. O acordo de leniência na Lei de Defesa da Concorrência e na Lei Anticorrupção diante da atual conjuntura da Petrobrás. Revista de Defesa a Concorrência, Brasília, v. 3, n. 2, p. 5-27, 2015.
